



O PAPEL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NAS TENSÕES ENTRE TRABALHO E FAMÍLIA NO BRASIL

Andréa de Sousa Gama¹
Mellyne de Souza Araújo Rocha²
Paula Machado da Rocha³

RESUMO: O trabalho traz discussões sobre a importância da Política de Educação Infantil no enfrentamento do conflito entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil. Realiza análises a partir de dados da PNAD Contínua/ 2022 referente ao acesso de crianças às creches e pré-escolas, com ênfase nas variáveis raça/cor, regiões, renda domiciliar per capita, situação conjugal e ocupação das mães. Visa explicitar as desigualdades presentes nas estruturas de apoio e cuidado às crianças pequenas na sua relação com a inserção das mulheres no mercado de trabalho e na divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados nas famílias. Apresenta evidências que sugerem maiores constrangimentos para as mães sem cônjuge que acumulam a provisão de renda e de cuidados, com impactos importantes sobre a renda familiar e a proteção social à infância mais pobre. Ademais, também encontramos diferenciais de raça/cor no acesso das crianças a esses equipamentos.

Palavras-Chave: Política de Educação Infantil; Trabalho; Família; Gênero

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta alguns resultados da pesquisa “Tensões entre trabalho e família: análise das políticas públicas na organização do cuidado na vida familiar no Brasil”, aprovada pelo edital CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021-UNIVERSAL. O projeto visa caracterizar e analisar as políticas sociais que têm relação e afetam o conflito entre trabalho e família, enfatizando as especificidades das mulheres no contexto capitalista, pensando o mercado de trabalho e a divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados nas famílias. Essa é a questão que

¹ Professora Associada - Faculdade de Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), andreasgama@gmail.com

² Estudante de graduação da Faculdade de Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ); Bolsista de Iniciação Científica - UERJ; mellynerocha@gmail.com

³ Estudante de graduação da Faculdade de Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ); Bolsista de Iniciação Científica - CNPq, paula0210m@gmail.com



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

move essa investigação no sentido de que pretende analisar a inserção no trabalho e as demandas familiares no Brasil, confrontando com a estrutura das políticas sociais para responder essas tensões.

O exaurimento das formas pelas quais as famílias tentam equacionar o antagonismo produção/reprodução social não tem produzido novas formas de políticas públicas direcionadas a esse fim, principalmente, se levarmos em conta as mudanças no mundo do trabalho e o impacto do ideário neoliberal e familista nas políticas sociais que sobrecarregam ainda mais as famílias na responsabilização pelas necessidades da reprodução social, relações estas que constituem o contexto dessa investigação.

O foco deste trabalho será analisar uma política social, a política de educação infantil (PEI), visando identificar desigualdades no acesso. Buscaremos caracterizar as estruturas de apoio e cuidado a essas faixas etárias, no entrecruzamento entre os direitos das crianças e a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Para isso foram usados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/IBGE (2022), especificamente o tópico suplementar “Educação”. Analisaremos os dados de acesso à política de educação infantil, a partir dos seguintes indicadores sociodemográficos: frequência a creches e pré-escolas, raça/cor, regiões, renda domiciliar per capita, situação conjugal e a ocupação das mães.

Diversos estudos (Gama, A.; Souza, V.; Santos, E.; Costa, F., 2023 e PNPI) apontam a relevância das políticas sociais e de mercado de trabalho no enfrentamento das desigualdades de gênero no mercado de trabalho e no interior das famílias. A divisão sexual do trabalho condiciona a inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como a qualidade dessa inserção (Gama, A., Sorj, B.; Romero, K., Veiga, A., 2018). Além disso, suas atribuições dentro da família não diminuíram (ABRÃO, K., MIOTO, R., 2017). Neste artigo discutiremos a importância das políticas de educação infantil no sentido da diminuição do conflito entre trabalho e família.

A escassez de suportes sócio institucionais para o cuidado da família e a pouca participação masculina nos afazeres domésticos têm consequências sobre a qualidade da inserção feminina no mercado de trabalho [...] as mulheres realizam jornadas de trabalho mais longas, somando-se o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, se inserem em empregos de pior

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

qualidade, com jornadas de trabalho menores, contratos informalizados, salários mais reduzidos e com poucas perspectivas de carreira. Os homens, por sua vez, continuam com seu tempo prioritariamente disponível para investir no mercado de trabalho. (GAMA, A., SORJ, B. ROMERO, K., VEIGA, A., 2018, p. 84)

Em pesquisa documental desenvolvida, identificamos que o Plano Nacional de Educação e o Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) desconsideram o trabalho das mulheres/mães como inerente aos objetivos de ampliação do acesso aos equipamentos da educação infantil. O PNPI apesar de apontar a necessidade de se investir na primeira infância para desenvolver a sociedade economicamente, não discute sobre as tensões entre cuidado das crianças pequenas e inserção das mães no mercado de trabalho.

GAMA (2014); Sorj e Fontes (2012) afirmam que há uma estreita associação entre o acesso à creches e pré-escolas e uma melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho. Para essas autoras, a política de educação infantil é de extrema importância para as mães que estão ou querem se inserir no mercado de trabalho.

Segundo dados da PNAD/2015 (IBGE/2017), as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, mesmo quando inseridas em famílias com dois provedores, explicitando a divisão sexual do trabalho, como uma forma de precarizar e inferiorizar o trabalho remunerado das mulheres. Vale destacar que mediante a oferta reduzida de equipamentos de cuidado infantil, muitas vezes as mulheres precisam aderir aos trabalhos informais e mais precarizados, onde trabalham por menos horas e têm o seu salário reduzido. É perceptível que a falta de equipamentos de educação infantil influencia a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, enquanto não afeta os homens da mesma forma. (GAMA, A.; BEZERRA, V.; KOMATSU, V.; ROCHA, M. 2023).

2. Breve perfil da população de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos no Brasil

Em 2022, o Brasil contava com 11.366.790 de crianças de 0 a 3 anos. A região Sudeste destacou-se com o maior contingente, abrigando 37,3% do total nacional. O Nordeste seguiu em segundo lugar, com 29%. No que diz respeito à faixa etária de 4 a 5 anos, o Brasil contava com 6.056.542 crianças. Novamente, a

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

região Sudeste lidera com 39,4% do total nacional. As demais regiões mantiveram distribuições semelhantes às observadas entre as crianças de 0 a 3 anos. Essa distribuição segue a mesma distribuição da população brasileira que também se concentra na região sudeste e, em seguida, na região nordeste.

Ao analisar a distribuição da população infantil brasileira por raça/cor nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, observam-se padrões importantes que nos proporcionará uma identificação valiosa para o momento seguinte em que exporemos como se apresenta a frequência/não frequência das crianças em creches e pré-escolas. De maneira geral, as crianças pretas ou pardas compõem uma proporção maior do que as crianças brancas em ambas as faixas etárias em todo o Brasil. Para crianças de 0 a 3 anos, cerca de 53,5% são pretas ou pardas, enquanto no grupo de 4 a 5 anos essa proporção é ligeiramente maior, alcançando 56,3%. Em relação às regiões brasileiras, resumidamente, os números se expressam da seguinte maneira: Sudeste e Sul abrigam uma população infantil predominantemente branca, enquanto no Nordeste, Norte e Centro-Oeste tem uma população infantil predominantemente preta/parda. Essas afirmações correspondem tanto a população de crianças de 0 a 3 anos quanto a população de crianças de 4 a 5 anos.

3. Panorama do acesso à creches e pré-escolas no Brasil⁴

Nesse momento, iremos apresentar uma análise dos dados sobre o acesso (frequência e não frequência) das crianças brasileiras à política de educação infantil, segundo raça/cor, regiões, renda domiciliar per capita, situação conjugal e ocupação das mães.

Na Tabela 1 podemos constatar uma grande disparidade na taxa de frequência escolar de cada nível de ensino, assim como as diferenças entre as regiões. Há uma diferença acentuada no acesso aos equipamentos de creches e pré-escolas, com o maior gargalo no acesso às creches. Mesmo cientes de que a

⁴ Do ponto de vista conceitual, a creche é um espaço que atende crianças nos seus primeiros anos de vida, enquanto a pré-escola cumpre o papel introdutório à escola. A diferença também se expressa de maneira burocrática, quando observamos os diferentes órgãos burocráticos responsáveis pela creche e pela pré-escola. Atualmente, no Brasil, se define que as creches são para crianças de 0 a 3 anos de idade e as pré-escolas são voltadas para crianças de 4 a 5 anos. (Campos, M. M. Patto, 1981)



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

creche não é obrigatória no país, além de ser um direito social das crianças e suas famílias, diversos estudos mostram o impacto desse equipamento educacional para a inserção das mães no mercado de trabalho, o que veremos com mais clareza nas análises posteriores.

Tabela 1. Distribuição total e percentual da população de crianças que frequentam creche ou pré-escola - Brasil e regiões (2022)

Região	Frequenta creche ou pré-escola				Taxa de frequência escolar
	Sim		Não		
	N	%	N	%	
0 a 3 anos					
Norte	237.898	5,81	1.005.537	13,82	19,13
Nordeste	1.066.148	26,05	2.240.590	30,80	32,24
Sudeste	1.843.011	45,03	2.434.470	33,47	43,09
Sul	643.918	15,73	901.696	12,40	41,66
Centro-Oeste	301.926	7,38	691.596	9,51	30,39
Brasil	4.092.901	100,00	7.273.889	100,00	36,01
4 a 5 anos					
Norte	504.358	9,10	105.051	20,49	82,76
Nordeste	1.590.407	28,69	108.675	21,20	93,60
Sudeste	2.222.343	40,09	165.647	32,31	93,06
Sul	776.077	14,00	71.365	13,92	91,58
Centro-Oeste	450.699	8,13	61.920	12,08	87,92
Brasil	5.543.884	100,00	512.658	100,00	91,54

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022). Tópico suplementar "Educação".

No tocante à não frequência à creche e pré-escola, os principais motivos elencados pelas famílias estão assim distribuídos. Em relação à creche: por opção dos pais ou responsáveis (57%); a creche não aceita por conta da idade (17,7%); falta vaga na creche (9,3%); não têm creche ou fica distante (7,7%); outro motivo (6,2%). Em relação à pré-escola, encontramos: por opção dos pais ou responsáveis (39,7%); falta de vaga (20,7%); não tem escola ou fica distante (12,8%); a escola não aceita a criança por conta da idade (10,4%) e outro motivo (8,7%).

Ao analisarmos essa distribuição pela variável raça/cor, conseguimos constatar um cenário mais profundo de desigualdade no acesso. A disparidade da taxa de frequência se repete quando analisamos por essa perspectiva (raça/cor): A nível nacional, os dados indicam que o número de crianças brancas de 0 a 3 anos que **não** frequentam a creche corresponde a 61,6%, enquanto o número de crianças

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





pretas ou pardas da mesma faixa etária que **não** frequentam a creche sobe para 65,9%.

Na Tabela 2 veremos que a frequência de crianças em creches e pré-escolas, no Brasil, varia conforme aumenta a renda domiciliar per capita. Para crianças de 0 a 3 anos, a frequência é menor entre as famílias de baixa renda (25,8%) e segue aumentando, alcançando 53% nas famílias com renda superior a 5 salários mínimos. Já entre as crianças de 4 a 5 anos, a frequência é alta em todos os níveis de renda, superando 86% nas famílias com renda até 1/4 do salário-mínimo e chegando a 95,2% nos domicílios de 1 a 2 salários-mínimos, mantendo-se acima de 96% em rendas maiores. Globalmente, 91,5% das crianças de 4 a 5 anos frequentam a educação pré-escolar, o que denota que o acesso ampliado equaliza as diferenças socioeconômicas das famílias.

Tabela 2. Distribuição total e percentual da população de crianças que frequentam creche ou pré-escola, segundo níveis de rendimento domiciliar per capita - Brasil (2022)

Nível de renda domiciliar per capita	Frequenta creche ou pré-escola		Taxa de frequência escolar
	Sim	Não	
0 a 3 anos			
Até ¼ salário-mínimo	595.446	1.710.941	25,82
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	943.593	2.294.534	29,14
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	1.218.940	1.931.720	38,69
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	795.975	876.900	47,58
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	238.627	219.777	52,06
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	178.200	132.521	57,35
Mais de 5 salários-mínimos	115.993	102.488	53,09
Total	4.086.774	7.268.880	35,99
4 a 5 anos			
Até ¼ salário-mínimo	1.013.365	153.989	86,81
Mais de ¼ até ½ salário-mínimo	1.479.081	167.718	89,82
Mais de ½ até 1 salário-mínimo	1.638.091	130.776	92,61
Mais de 1 até 2 salários-mínimos	901.049	45.221	95,22
Mais de 2 até 3 salários-mínimos	229.671	3.992	98,29
Mais de 3 até 5 salários-mínimos	171.152	5.111	97,10
Mais de 5 salários-mínimos	104.953	3.932	96,39
Total	5.537.360	510.739	91,56

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022). Tópico suplementar "Educação".



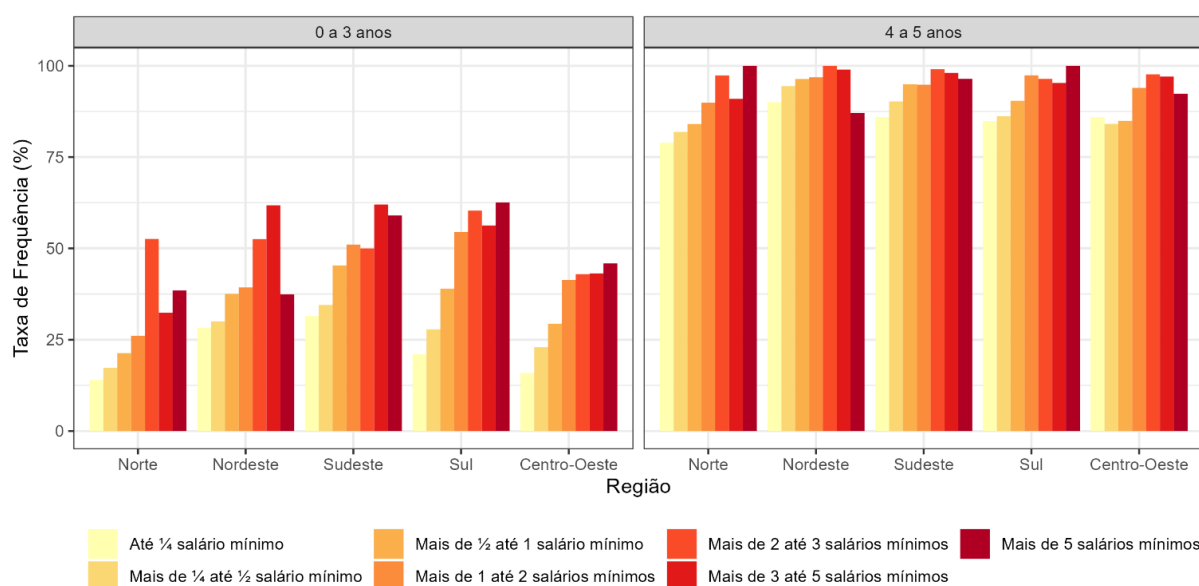
V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

A Figura 1 mostra a taxa de frequência de crianças em creches e pré-escolas no Brasil em 2022, dividida por regiões e categorias de renda. Para crianças de 0 a 3 anos, a frequência escolar aumenta com o nível de renda em todas as regiões, indicando que famílias com maiores rendas têm mais acesso a creches do que aquelas com rendas mais baixas, o que percebe-se no gráfico à esquerda. Quando observamos o gráfico da direita, referente a crianças de 4 a 5 anos, a taxa de frequência escolar é alta em todas as faixas de renda e regiões. Embora a frequência aumente com o nível de renda, esse padrão é menos acentuado do que para crianças de 0 a 3 anos, com alta frequência mesmo nas faixas de renda mais baixas.

Figura 1. Distribuição percentual das crianças que frequentam creche ou pré-escola, segundo níveis de rendimento domiciliar per capita – Grandes regiões do Brasil (2022)



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022). Tópico suplementar "Educação".

Para delinear ainda melhor como se apresenta a distribuição e os percentuais de crianças que frequentam creche ou pré-escola no Brasil em 2022, segmentados por nível de renda, também adicionaremos a variável raça/cor.

Entre as crianças brancas de 0 a 3 anos, 26,4% das que vivem em famílias com renda per capita de até ¼ do salário-mínimo frequentam essas instituições, subindo para 53,1% nas famílias com mais de 5 salários mínimos. Entre as crianças

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

pretas ou pardas, a frequência é de 25,6% na faixa de renda mais baixa e 50,9% na mais alta. No total, a taxa de frequência é de 38,3% para crianças brancas e 34% para crianças pretas ou pardas.

Para crianças de 4 a 5 anos, a frequência escolar é alta e menos influenciada pelo nível de renda. Entre crianças brancas, a taxa de frequência varia de 82,2% para famílias com até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo a 95,9% para aquelas com mais de 5 salários mínimos. Entre crianças pretas ou pardas, a frequência vai de 88,3% na faixa de renda mais baixa até 98,2% na mais alta. A taxa total de frequência para essa faixa etária é alta em ambos os grupos raciais, com 92% para crianças brancas e 91,1% para crianças pretas ou pardas.

A Tabela 3 mostra a relação entre a ocupação e a situação conjugal, mediadas pela frequência e não frequência às creches e pré-escolas.

Encontramos uma taxa de ocupação entre as mães casadas (89%) maior do que entre as sem cônjuge (82,7%). Entre as casadas, percebemos uma pequena variação percentual nas taxas de ocupação quando comparados àquelas que os filhos frequentam e não frequentam creches e pré-escolas. No tocante às mães sem cônjuge, observa-se que a variação nas taxas de ocupação é mais influenciada pelo acesso ou não a esses equipamentos, tendo um diferencial médio em torno de 8%.

Tabela 3. Distribuição absoluta e relativa do total de mães com filhos de 0 a 5 anos no domicílio, casadas e sem cônjuge, segundo frequência na creche/pré-escola e situação de ocupação - Brasil (2022)

Filho no domicílio que frequenta creche/pré-escola	Mães casadas			Mães sem cônjuge		
	Ocupadas	Desocupadas	Taxa de ocupação	Ocupadas	Desocupadas	Taxa de ocupação
Frequenta creche	1.868.499	200.679	90,3	424.866	70.856	85,7
Não frequenta creche	2.153.430	285.590	88,3	376.061	112.009	77,1
Frequenta pré-escola	1.757.429	217.913	89,0	418.473	65.707	86,4
Não frequenta pré-escola	470.141	65.173	87,8	112.958	31.019	78,5
Total	6.249.499	769.356	89,0	1.332.358	279.592	82,7

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2022). Tópico suplementar "Educação".

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





Em suma, a Tabela 3 evidencia que as mães casadas têm taxas de ocupação ligeiramente superiores às mães sem cônjuge. Além disso, tanto para mães casadas quanto sem cônjuge, aquelas com filhos em creches e pré-escolas tendem a ter taxas de ocupação mais altas do que as que têm filhos fora dessas instituições. Isso sugere que o acesso a creches e pré-escolas pode facilitar uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente entre as mães sem cônjuge, que provavelmente acumulam atribuições de sustento e cuidado das crianças. Quando é oferecido políticas educacionais e de cuidado para seus filhos amplia-se a chance de se inserir no mercado de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito do presente artigo foi aproximar o debate da política de educação infantil como uma política social capaz de impactar não apenas no direito à educação das crianças, mas principalmente, no que concerne às tensões entre trabalho e família no Brasil. As desigualdades de gênero forjadas na divisão sexual do trabalho passam pela sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados sobre os ombros femininos. Grande parte desse trabalho do cuidado é justamente voltado para crianças pequenas. Logo, mais dispêndio de trabalho é atribuído à mulher, que majoritariamente é a figura responsável pela provisão dessas necessidades (MARCONDES, M.; YANNOULAS, S., 2012).

Os equipamentos educacionais e de cuidado infantil foram, historicamente, reivindicados pelos movimentos de mulheres como essencial para a promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho (GAMA, A.; BEZERRA, V. KOMATSU, V.; ROCHA, M. 2023). No Brasil, poucos estudos evidenciam o impacto da política de educação infantil na diminuição do trabalho doméstico e de cuidados nas famílias e na melhor condição de inserção feminina no mercado de trabalho. Este trabalho inicia esse percurso e apresenta evidências que sugerem maiores constrangimentos para as mães sem cônjuge que acumulam a provisão de renda e de cuidados, com impactos importantes sobre a renda familiar e a proteção social à infância mais pobre. Ademais, também encontramos diferenciais de cor/raça no acesso das crianças a esses equipamentos.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Por fim, ao apontarmos a relevância da ampliação do acesso a creches, principalmente, quando confrontamos com os dados de uma maior equalização na distribuição da frequência à pré-escola entre os diversos grupos de renda, destacamos que o Estado é um ente fundamental na responsabilidade com as crianças, no sentido de desfamiliarizar o cuidado infantil e potencializar a absorção da força de trabalho feminina com impactos relevantes sobre a ampliação da renda das famílias brasileiras.

Análises mais robustas e com mais variáveis são necessárias para dimensionarmos outros elementos constituintes da política de educação infantil, para além do acesso, que influenciam ou estão associadas à inserção feminina no mercado de trabalho com mais qualidade, assim como na diminuição do trabalho doméstico e de cuidados no interior das famílias.

Do ponto de vista do trabalho profissional, procuramos fornecer subsídios para a construção e adequação de políticas e programas sociais relacionados à melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho e melhores condições para a divisão do trabalho doméstico e de cuidados entre família, Estado e sociedade, com impactos para a igualdade de gênero no trabalho e na família, bem como para os grupos populacionais demandantes de cuidados.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Kênia Cristina Lopes; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Políticas familiares: uma introdução ao debate contemporâneo**. Florianópolis: Katálysis., v. 20, n. 3, p. 420-429, set./dez. 2017.

CAMPOS, M. M. M., PATTO, M. H. S., & MUCCI, C. (1981). **A creche e a pré-escola**. Cadernos De Pesquisa, (39), 35–42. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1618>

GAMA, A.; BEZERRA, V.; KOMATSU, V.; ROCHA, M. Contradições nas lutas dos movimentos feministas e pela educação em relação à política de educação infantil no Brasil. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas (XI JOINPP), 2023, São Luís, MA.

GAMA, Andréa de S. **Trabalho, família e gênero impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. - 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

GAMA, A. S.; SORJ, B.; ALCANTARA, K. R.; VEIGA, A. **Tensões entre trabalho e família - recomposições na divisão sexual do trabalho.** In: Araújo, Clara; Gama, Andréa ; Picanço Felícia ; Cano Ignácio (Orgs). *Gênero, Família e Trabalho no Brasil do século XXI - mudanças e permanências.* 1ed. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018, p. 83-114.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade: 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento— Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MARCONDES, M. M.; YANNOULAS, S. C. **Práticas Sociais de Cuidado e a Responsabilidade do Estado.** Revista Ártemis, [S. l.], v. 13, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/14222>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em 11 de julho de 2024.

PNPI. Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 - 2030 / Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos. - 2a ed. (revista e atualizada) - Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

SANTOS, E.; BOAVENTURA, J.; GAMA, A.; DALBELLO, S.; CARDOSO, C. Reflexões sobre o caráter familista das políticas de educação infantil no Brasil. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas (XI JOINPP), 2023, São Luís, MA.

SORJ, B.; FONTES, A. O Care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: Helena Hirata e Nadya Araujo Guimarães (orgs.). **Cuidado e Cuidadoras. As várias faces do trabalho do Care.** São Paulo, Editora Atlas. p. 103-116, 2012.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

